

# Dossiê: Educação especial em perspectiva histórico-cultural

*Thiago Rafael Mazzaarollo  
Jaqueline Angelo dos Santos Denardin  
Tania Aparecida Martins*

O segundo volume do Dossiê Temático: Educação especial em perspectiva histórico-cultural, da Revista Tempo da Ciência, reúne um conjunto de artigos que, a partir de diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e campos de atuação, discute o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a inclusão escolar do público-alvo da educação especial em seus múltiplos contextos. Este dossiê é fruto dos trabalhos apresentados no I Congresso Nacional e XIV Seminário de Educação Especial do PEE e da Educação Especial Inclusiva e Bilíngue de Surdos: As Múltiplas Categorias do Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva Histórico-Cultural, realizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Cascavel-PR, entre os dias 24 e 28 de fevereiro de 2025.

Em consonância com essa agenda acadêmica e institucional, a segunda edição do Dossiê “Educação especial em perspectiva histórico-cultural” reafirma a centralidade das mediações pedagógicas, tecnológicas e culturais para a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da educação especial. A coletânea articula teoria e prática inspiradas na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, enfrentando barreiras sociais, institucionais e atitudinais e contribuindo para a qualificação de políticas e práticas educacionais.

O primeiro artigo, “Desenhos em relevo para a produção de materiais para pessoas com deficiência visual: um estudo exitoso”, de Simone Aparecida Ribeiro Spinelli, Ivã José de Pádua, Jaqueline Angelo dos Santos Denardin e Lyziane Langner, apresenta resultados de um projeto de extensão realizado em 2024 pela UNIOESTE em colaboração com os CAPs estadual e municipal de Cascavel/PR. Ancorado na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, o estudo descreve formações, oficinas e o uso de impressoras Braille e impressão 3D para produzir materiais táteis, além da idealização de uma base de dados para reimpressão de imagens, com planos de continuidade voltados ao fortalecimento da inclusão escolar.

Já o segundo artigo, “ESPAÇO iFozLibras: compreensão e valorização das identidades surda”, de Anderson Gonçalves Guimarães e Mariângela Garcia Lunardelli, descreve a experiência do IFPR – Campus Foz do Iguaçu, associada ao CELIF, que promove encontros estruturados para a interação entre iniciantes e usuários fluentes de Libras. A iniciativa amplia conhecimentos sobre cultura surda e multiplicidade identitária, fortalecendo a comunidade linguística de Libras na região.

No terceiro artigo, “Inclusão de alunas com Síndrome de Down na educação infantil: percepção de pais, professoras e coordenadora”, de Michaelli Maria Pires e Margarete Matesco Rocha, são analisados dois casos em um CMEI do sudoeste do Paraná. A partir de entrevistas e observações, o estudo evidencia a necessidade de articular dimensões sociais e acadêmicas da inclusão na educação infantil, com ênfase na autonomia, no respeito às individualidades e na integração com o AEE.

O quarto artigo, “Aspectos e características da teoria histórico-cultural e da análise do comportamento aplicada: possíveis influências na formação de professores e na prática pedagógica da educação especial”, de Ketlyn Isadora Libanio Alves, Josimar Ribeiro dos Santos e Jane Peruzo Iacono, realiza uma revisão bibliográfica que contrasta fundamentos e implicações pedagógicas da THC e da ABA. Defende-se uma formação docente crítica, ética e sensível, capaz de reconhecer contribuições e limites de cada abordagem na organização do ensino e no desenvolvimento dos estudantes da educação especial.

No quinto artigo, “A ocorrência da crise no desenvolvimento da pessoa com deficiência na passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural”, de Maria Lidia Sica Szymanski e Rosa Cleide Marques Machado, discute-se a transição para o Ensino Fundamental e a chamada “crise dos sete anos”, destacando expectativas sociais, replanejamento das condições de aprendizagem e o papel de ações pedagógicas intencionais que promovam novos sentidos e melhores experiências de escolarização, especialmente para crianças com TEA ou NEE.

O sexto artigo, “A classificação do verbo em línguas de sinais: uma revisão tipológica”, de Sandra Mara da Silva Marques Mendes e Tânia Aparecida Martins, apresenta um panorama sobre categorias verbais em línguas de sinais, dialogando com a tríade de Padden (1983) e desdobramentos tipológicos recentes. Ao explicitar critérios fonológicos,

morfológicos, sintáticos e semânticos, o estudo oferece subsídios para materiais e metodologias de ensino, em especial na Libras.

No sétimo artigo, “Ensino de Libras para crianças ouvintes: estratégias inclusivas e interdisciplinares”, de Joice Mara Severo Silveira e Aline Keryn Pin, relata experiências em escola municipal de Toledo/PR com crianças de 6 a 10 anos, integrando vocabulário de Libras ao campo semântico “alimentos” por meio de atividades práticas (pirâmide alimentar em sinais, simulação de restaurante e montagem de cardápio). As propostas favoreceram a conversação em Libras e articularam conhecimentos de ciências, gêneros textuais e língua portuguesa.

O oitavo artigo, “As Políticas da Educação Inclusiva e as Contribuições da Base Nacional Comum Curricular na Inclusão Do Aluno Surdo”, oferece uma análise crítica da relação entre a BNCC e a educação de surdos, evidenciando lacunas legais e pedagógicas que comprometem a inclusão bilíngue. A leitura é recomendada para educadores e pesquisadores interessados em políticas públicas, bilinguismo e acessibilidade linguística. O estudo amplia a compreensão sobre os desafios enfrentados pela comunidade surda e aponta caminhos para práticas mais equitativas.

No nono artigo, “Educação para Surdos: A Lei Nº 10.436/2002 Como Ferramenta da Garantia de Direitos”, é fortemente recomendado para profissionais, estudantes e pesquisadores interessados na educação de surdos e nas políticas públicas que asseguram seus direitos linguísticos e educacionais. O texto apresenta um panorama histórico consistente, analisa o papel estruturante da Lei Nº 10.436/2002 e discute, com base em estudos recentes, os desafios ainda presentes na efetivação da educação bilíngue no Brasil. A pesquisa oferece uma reflexão aprofundada sobre avanços legais, limitações práticas e a necessidade de políticas educacionais mais equitativas, constituindo-se como referência essencial para compreender a inclusão da comunidade surda no contexto educacional brasileiro.

Por fim, no décimo artigo “A carta na mesa: jogos de tabuleiro mediando a educação bilíngue entre a língua portuguesa e a Libras” com a autoria de Michaelli Maria Pires, Antonio Peterson Nogueira e Sarah Tamara Côrrea Hilgemberg nos apresenta a Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais da Educação (RENAFOR) que é um programa que tem por finalidade formular, coordenar e avaliar ações do MEC, FNDE e Capes, para que promovam atividades e cursos no âmbito

das instituições federais e os seus resultados na execução de um curso para Surdos, demonstrando possibilidades de materiais e ferramentas pedagógicas que auxiliassem a inclusão de estudantes surdos, a disseminação da cultura surda e a intersecção entre a Língua Portuguesa e a Libras.

Em conjunto, os artigos compõem um panorama plural e coerente com a perspectiva histórico-cultural, que valoriza a linguagem, a cultura e as tecnologias como mediações essenciais à inclusão. Ao integrar experiências extensionistas, revisões teóricas e relatos de práticas pedagógicas, este dossiê amplia o debate, orienta ações formativas e inspira novos estudos comprometidos com o direito à educação de qualidade social para todos.